



ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS

Contrato nº 238-18-CBMSC Pregão Presencial 07-18-CBMSC

DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR — CBMSC, E A EMPRESA MACEDO BIONDO VEÍCULOS E IMPLEMENTOS LTDA.

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar, com sede na Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro, Florianópolis – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado Contratante, com recursos provenientes do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros - FUMCBM, inscrito no CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, representado neste ato pelo Senhor Tenente Coronel BM Luís Henrique de Oliveira, Diretor Interino da Diretoria de Logística e Finanças - DLF, CPF nº 769.729.339-00, e de outro lado a empresa, MACEDO BIONDO VEÍCULOS E IMPLEMENTOS LTDA, estabelecida na Rodovia BR 116, nº 1501 - KM 116, bairro Centro, São Marcos - RS, CEP 95.190-000, telefone (54) 3291-1777, inscrita no CNPJ sob o nº 06.114.762/0001-03, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu(sua) Representante legal, Arisoli Macedo dos Santos, portador(a) do CPF nº 364.662.390-04, firmam o presente instrumento de contrato de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUA EXECUÇÃO

O presente Contrato tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DUPLICAÇÃO DE CABINE DE CAMINHÃO RÍGIDO 4X2 PARA O CBMSC, conforme especificações constantes no Anexo Único, serviço(s) esse(s) adjudicado(s) à CONTRATADA em decorrência do(a) Pregão Presencial 07-18-CBMSC.

§1º A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal,

§2º São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR, DO PREÇO, DOS REEQUILÍBRIOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO.

Do Valor

I - O valor deste contrato é de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

1-

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis – SC, CEP 88070-100. Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm.se.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br





Do Preço

II - O preço dos produtos serão praticados conforme valores especificados no Anexo Único.

III - Do reajuste de preço - O preço estabelecido é irreajustável, durante a vigência do presente contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributário, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do contrato;

IV - A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de documento que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 2º do Decreto Estadual nº 968, de 16 de maio de 2012 (análise do Grupo Gestor de Governo), da forma como segue:

a) solicitação por escrito ao Diretor Interino da DLF, através de carta registrada, com aviso de recebimento - AR, devendo comprovar o aumento dos encargos através de planilha de custos.

Das Condições de Pagamento

§ 1º A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, por intermédio do Banco do Brasil, em no máximo 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, a contar da data de recebimento e aceitação definitiva do(s) produto(s) pelo gestor do contrato, constada no verso da nota fiscal/fatura, respeitado ainda o cronograma de pagamento fixado pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º A nota fiscal/fatura deverá ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos relacionados no item HABILITAÇÃO (envelope de nº 1) do Edital, e constar em seu teor o número do empenho e/ou Autorização de Fornecimento, do contrato, do processo licitatório e o endereço da organização onde o produto for entregue, bem como ser emitida em favor da CONTRATANTE, CNPJ sob o nº 14.186.135/0001-06, conforme uma das opções abaixo:

I - em nome do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros; ou

II - em nome do FUMCBM.

§ 3º No documento fiscal referente à aquisição de mercadorias ou prestação de serviços deverão ser observados, nas operações internas, os benefícios de isenção de ICMS previstos no Anexo 2 - Benefícios Fiscais, Capítulo I - Das Isenções, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.870 de 27 de agosto de 2001, e suas alterações, como segue:

a) o objeto deste Contrato goza de isenção do ICMS, condicionado ao desconto no preço unitário do item, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda, conforme dispõe o artigo 1º, inciso XI, do Anexo 2, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto estadual nº 2.870 de 27 de agosto de 2001, com amparo no Convênio ICMS nº 26/03;

b) a isenção do ICMS na aquisição de mercadorias por órgãos ou entidade da Administração Pública Estadual alcança apenas fornecedores catarinenses;

c) também goza de isenção o transporte das mercadorias adquiridas pela Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 5°, inciso VI, do Anexo 2 supramencionado, caso em que também deverá ser indicado o desconto no documento fiscal respectivo.

§ 4º O pagamento será liberado, caso o valor ultrapasse a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do estado em que for sediada a CONTRATADA, conforme Decretos Estaduais/SC nº 3.650, de 27 de maio de 1993 e nº 3.884, de 24 de agosto de 1993.

§ 5º A nota fiscal deverá vir acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo, se for o caso.

§ 6º A apresentação da nota fiscal contrariando as exigências enunciadas nos §§ 2º, 3º e 4º acima implica na suspensão do pagamento, gerando sua devolução para correção, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis - SC, CEP 88070-100. Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm.sc.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br





- § 7º Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.
- § 8º O pagamento da fatura será sustado se verificada execução defeituosa do contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 9º Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

§ 10° O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

Da Atualização por Inadimplemento

§ 11° Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores, poderão, se requeridos formalmente, ser corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA, PRAZOS, LOCAL DO SERVIÇO E SUBSTITUIÇÃO

I - O prazo de vigência deste instrumento é de 21 de maio até 31 de dezembro de 2018.

II – O prazo de entrega da duplicação da cabine é de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento do veículo para o início dos serviços.

Observação: O Fiscal do Contrato deverá registrar em ofício a data em que entregou o veículo para a CONTRATADA iniciar os serviços.

- III O prazo para substituir o objeto, prestar assistência técnica e concluir os reparos é de no máximo 10 (dez) dias, a partir da comunicação de defeito feita pelo Contratante, devendo ser realizada no horário de expediente.
- IV A garantia dos objetos deste contrato contra quaisquer defeitos de fabricação compreendendo, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias, é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do recebimento definitivo.
- a) Durante a vigência da garantia, o fornecedor se obriga a sanar as falhas e/ou defeitos de sua responsabilidade, em prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da data do recebimento do aviso.

V – Dos objetos:

- a) O produto deverá ser entregue no 2º Batalhão de Bombeiros Militar, sito a Rua Altino Gonçalves de Farias, Nr 1500, Bosque Curitibanos/SC CEP: 89.520-000, telefone: (49) 3412-3136, no horário compreendido entre as 13h00 às 18h00, ou conforme o horário definido pelo Fiscal do Contrato.
- b) O Fiscal do contrato deverá ser informado com ao menos 24 horas de antecedência da entrega.

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis - SC, CEP 88070-100. Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm.sc.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br

2 E-mail: contratos@com.sc.gov.br - Ho





- c) Caso a mesma empresa seja vencedora de mais de um lote consecutivo, poderá optar por custear o deslocamento, alimentação e hospedagem do fiscal do contrato até o local que o veículo se encontre, mediante agendamento com 5 dias de antecedência., em dia útil no horário compreendido entre 13h00 e 19h00.
- §1º Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados nos objetos contratados, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias. Todas as despesas havidas no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção dos equipamentos correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer ônus.

§2° – O CONTRATANTE poderá autorizar a prorrogação do prazo final de entrega, desde que configuradas quaisquer das hipóteses previstas no art. 57, §1°, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento do presente contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros – FUMCBM, CNPJ nº 14.186.135/0001-06 – Fonte 0.6.28/7.6.40, Subação 14076, Item Orçamentário 4.4.90.52.52.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Da CONTRATADA

- I Obriga-se a CONTRATADA:
- a) ao cumprimento integral do objeto deste contrato;
- b) ao fornecimento do objeto deste contrato, em consonância com o processo licitatório e de acordo com as especificações constantes no Anexo Único deste instrumento, com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) entregar o(s) bem(ns) adquirido(s) no prazo e local especificados na Cláusula Terceira, dentro de sua(s) embalagem(ns) individual(ais) original(ais) e lacradas; estas por sua vez em caixas de papelão próprias para este fim, bem como atender às determinações da CONTRATANTE;
- d) apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do(s) bem(ns)
- e) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
- f) solicitar a prorrogação do prazo previsto na Cláusula Terceira até o vencimento, desde que justifique e comprove suas alegações; vencido o prazo para entrega sem o cumprimento da obrigação, será enviado à empresa comunicado, por escrito, concedendo um prazo de 5 (cinco) dias para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia;
- g) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no processo licitatório;
- h) permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo CONTRATANTE ao local de fornecimento do(s) objeto(s);
- i) a estender a este contrato, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da
- j) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento/prestação dos serviços, tais como fretes, inclusive, despesa de natureza previdenciária, pertinentes à execução do objeto deste instrumento;
- k) responsabilizar-se civil e criminalmente por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis - SC, CEP 88070-100.

Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm.sc.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br

///



- à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de dolo, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador.
- l) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência do fornecimento;
- m) reparar, corrigir, remover, reconstruir e substituir, no todo ou em parte, às suas expensas, no prazo constante na Cláusula Terceira, a partir da intimação, os bem(ns) que for(em) recusados por apresentarem-se danificado(s)/defeituoso(s), resultantes da fabricação ou da execução do fornecimento, com prazos de validade vencidos, se for o caso, ou que estiverem em desacordo com o disposto no edital e seus anexos. Aplica-se o disposto nesta alínea aos bem(ns) adquirido(s) que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções durante o período de garantia;
- n) responder pelos danos que porventura venha a ocasionar a equipamentos em razão da qualidade do(s) bem(ns) adquirido(s) ser(em) inadequado(s), sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;
- o) arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação;
- p) arcar com o ônus, quando forem constatadas irregularidades, de acordo com os termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com a Legislação de Defesa do Consumidor;
- q) fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;
- r) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- s) realizar os serviços de montagem/entrega nos horários determinados pela CONTRATANTE. A instalação/entrega poderá ocorrer no período da tarde, noite ou em finais de semana, para que não haja interferência no expediente normal de trabalho, desde que previamente autorizado pelo CONTRATANTE;
- t) prestar assistência durante o período de garantia, contada a partir da data do recebimento definitivo do objeto, consubstanciada na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, com a periodicidade definida pelo fabricante, na instalação e aceite dos equipamentos em questão;
- u) fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, quaisquer componentes adicionais, necessários ao perfeito fornecimento do(s) bem(ns) adquirido(s);
- v) enviar ao CONTRATANTE, caso haja a necessidade de instalação do(s) bem(ns) adquirido(s), relação nominal e dados documentais de todos os funcionários que trabalharão na execução dos serviços, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início dos trabalhos. Qualquer alteração na relação dos funcionários deverá ser imediatamente comunicada ao CONTRATANTE;
- x) manter a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança contra riscos de acidentes, se for o caso;
- y) manter a execução dos serviços em ritmo adequado e eficiente, se for o caso;
- z) montar o(s) bem(ns) adquirido(s) e deixá-lo(s) em perfeita(s) condição(ões) de uso, se for o caso;
- aa) entregar manuais técnicos, certificados e garantia original do fabricante, redigido em português, ou traduzido para o português, se for o caso, bem como todos e quaisquer documentos relacionados ao(s) bem(ns) fornecido(s) individualmente;
- ab) emitir notas fiscais eletrônica, conforme determina a legislação vigente;
- ac) outras obrigações específicas descritas no Anexo Único, se for o caso.

Da CONTRATANTE

- II Obriga-se o CONTRATANTE:
- a) prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de seus representantes;
- c) notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto deste Termo, para que sejam tomadas providências em face de quaisquer irregularidades;
- d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados, visando a

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis – SC, CEP 88070-100.

Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm.sc.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br

equiparação aos preços;

e) efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com a forma e prazo estabelecido na cláusula segunda.

§ 1º O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, será comunicada pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento, a fim de que seja providenciada a regularização nos termos do Parágrafo Único do artigo 78.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ADITAMENTO

§ 1º O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II — amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados; III — judicialmente, na forma da legislação vigente:

IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:

a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

- a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);
- b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão:

a) por até 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis – SC, CEP 88070-100.

Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm.sc.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br

5 - E-mail: contratos@cbm.sc.gov.br - Ho





modalidades, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

- b) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- d) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no inciso II.
- IV Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.
- V Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- VI As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.
- VII Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- VIII As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra, bem como não impede que concomitantemente sejam aplicadas outras penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- IX A multa será descontada dos créditos da CONTRATADA ou por outra forma de cobrança administrativa ou judicial, se for o caso, e em ultrapassando os créditos do contrato, seu valor será atualizado e compensado financeiramente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação.
- X O atraso para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega dos produtos.
- XI No caso da CONTRATADA não aceitar a ordem de fornecimento ou ocorrer qualquer atraso na entrega dos produtos, sem prévia e expressa justificativa, será considerado como recusa e, independentemente das multas previstas nos itens anteriores, poderá, a critério da Contratante, dar causa ao cancelamento da notificação, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de perdas e danos, honorários advocatícios e demais cominações legais, podendo então os demais licitantes ser convocados por ordem de classificação enquanto houver conveniência para a Contratante.
- § 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- § 2º As sanções previstas nos incisos I, II e III desta cláusula são de competência do Diretor da DLF, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- § 3º A sanção administrativa prevista no inciso IV, por força do art. 87, § 3º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Administração, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 5 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes, o Edital do(a) **Pregão Presencial 07-18- CBMSC**, à proposta da CONTRATADA.

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis - SC, CEP 88070-100. Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm.sc.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br

50

Fl	\
(/

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FISCAL E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

I - O Fiscal do contrato é o Cap BM Willian LEAL Nunes, devendo solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidades e saldo para pagamento. Essa competência poderá ser delegada para outro servidor bombeiro militar, desde que essa delegação seja publicada em Boletim Interno próprio ou do quartel a que estiver subordinado, além de ser indispensável a ciência por escrito do servidor que recebeu a delegação, como também a comunicação formal à DLF da substituição do gestor do contrato.

II - O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão, podendo ser:

a) provisoriamente, mediante recibo na Nota Fiscal por servidor(es) designado(s) pelo gestor do contrato, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as

especificações; e

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pelo Diretor Interino de Logística e Finanças do CONTRATANTE, nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, conforme exigência do §8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, ou mediante recibo, pelo gestor, nos demais casos.

§ 1º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

§ 2º Os objetos contratados deverão ser desembalados e conferidos por técnicos capacitados da CONTRATADA. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que

§ 3º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências, e comunicado a CONTRATADA para que no prazo constante na Cláusula Terceira, contados do recebimento do comunicado expedido pelo gestor, sane os problemas detectados e, se for o caso, substitua o(s) produto(s) entregue(s) por outro compatível com a proposta apresentada, nos termos do objeto deste contrato.

§ 4º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e/ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos

limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

- § 5º Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor ou por uma comissão, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. Os representantes do CONTRATANTE, sob pena de serem responsabilizados administrativamente, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.
- § 6º A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na
- § 7º A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ 8º A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a

Fl.__

terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

§ 9º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis, 21 de maio de 2018.

LUÍS HENRIQUE DE OLIVEIRA – Ten Cel BM CONTRATANTE

ARISOLIMACEDO DOS SANTOS CONTRATADA

Testemunhas:

ASSINATURA - Testemunha 1

ASSINATURA - Testemunha 2

Nome completo:

RODRIGO PHELIPE PFLEGER - SD BM

Nome completo:

CPF:

Mtcl 931683-3 **CPF:**

RÔMULO RODRIGUES MONZON - Sd BM

Mtcl - 932375-9

ANEXO "ÚNICO" AO CONTRATO

1. QUADRO QUANTITATIVO

LOTE II							
ITEM	PRODUTO	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL		
01	Duplicação da cabine do veículo descrito no Item 01.	Unidade	01	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00		
VALOR TOTAL:					R\$ 42.000,00		

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

LOTE I – ITEM 01 – CHASSI DE CAMINHÃO RÍGIDO 4X2 2.1.

- 2.1.1. GENERALIDADES: Veículo tipo Caminhão Rígido, 4X2 (dois eixos); Modelo 2018, de fabricação nacional, contendo todos os equipamentos obrigatórios previstos nas normas de Trânsito; O veículo deverá ser entregue limpo e com os tanques de combustível e ARLA 32, se houver, cheios.
- 2.1.1.1. Motorização: Motor à diesel com sistema de gerenciamento eletrônico conforme Proconve P-7 / EURO-5, com 285 cavalos de potência (mínimo); torque mínimo de 950Nm.
- 2.1.1.2. Transmissão: O veículo deverá possuir caixa de transmissão automatizada com 6 marchas à frente (mínimo) e uma à ré (mínimo).
- 2.1.1.3. Segurança: Freio nas 4 rodas com Sistema Anti-Blocante (ABS) de fábrica e freio motor (bloqueio dos gases da combustão); Freio de estacionamento; barra estabilizadora na suspensão dianteira
- 2.1.1.4. Chassi: Composto por material do tipo aço LNE; Entre-eixos entre 4.750mm e 5.200mm.
- 2.1.1.5. Capacidades: PBT de 16.000 Kg; tanque de combustível com capacidade entre 250 litros e 330 litros; tanque de ARLA 32 (se houver) com capacidade mínima de 35 litros.
- 2.1.1.6. Garantia, manutenção e assessoria: O veículo deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, e a empresa vencedora deverá indicar o local para a Assistência Técnica Autorizada em cidade com raio máximo de 100 km do centro urbano de Tangará-SC. A empresa vencedora deverá prestar assessoria técnica quando da duplicação da cabine (Lote 2) e do encarroçamento (implementação) do veículo (Lote 3), com ênfase às alterações que serão necessárias para interligar a bomba hidráulica junto à tomada de força do veículo, à fim de manter o veículo dentro dos padrões mínimos de funcionamento, segurança e garantia.

2.2. LOTE II – ITEM 02 – DUPLICAÇÃO DA CABINE DO VEÍCULO DESCRITO NO ITEM 01

- 2.2.1. GENERALIDADES: Transformação de cabine simples em cabine dupla para o chassi zero Km, conforme Lote 01, fornecido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, devendo possuir as seguintes especificações.
- 2.2.1.1. Alongamento de 1100mm a 1400mm entre a porta original e a traseira da cabine, a fim de manter as linhas originais do veículo, utilizando chapas de aço 1020 para a estrutura.
- 2.2.1.2. Deverá ser aplicada forração em todo o teto em corvim de maneira a adquirir uniformidade, sendo fixado com pinos de pressão. Deverá ser colocada fiação elétrica entre o teto e o forro para instalação de rádio comunicação (interna à cabine) e barra sinalizadora (externa).
- 2.2.1.3. Deverá adequar o console frontal superior na largura da cabine destinado a alojar módulos de comando do sinalizador luminoso e sonoro e de radiocomunicação, com revestimento mantendo as características de acabamento original conforme a cabine e o teto.
- 2.2.1.4. Deverão ser confeccionadas duas portas traseiras de no mínimo 850mm de vão livre, com ângulo

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis - SC, CEP 88070-100. Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm.sc.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br



Fl.___

mínimo de abertura de 80 graus. As portas deverão possuir cantos arredondados e modelagem semelhante as características das originais, deverão possuir dobradiças e fechaduras originais. Os vidros deverão ser do padrão automotivo, temperados, com acionamento manual que permita descer até ficar totalmente dentro da estrutura metálica. A parte interna deverá ser revestida do mesmo corvim dos assentos mantendo a qualidade do acabamento.

- 2.2.1.5. O alongamento deverá ser equipado com três assentos individuais com encosto regulável com altura até acima da cabeça, com cintos de segurança de três pontas; os bancos devem ser revestidos em corvim resistente a umidade e abrasão sendo de fácil limpeza. Os bancos das extremidades (02) deverão possuir compartimento para encaixe perfeito do equipamento de respiração autônoma EPR que o Corpo de Bombeiros de Tangará possui, não podendo causar desgaste e ruído devido vibração e balanços dos deslocamentos. Deverá ser confeccionado compartimento para acondicionar 3 capacetes de combate a incêndio embaixo dos assentos traseiros, de forma que não risquem nem se movam com os movimentos e vibrações do caminhão.
- 2.2.1.6. Deverá possuir tapetes lisos vernizados. Utilizar manta de feltro no assoalho da parte alongada para isolamento acústico e térmico. Na parte externa deverá ser aplicado vedante de primeira qualidade e emborrachamento na parte inferior do assoalho para evitar infiltrações e posteriormente aplicar fundo e tinta PU; Deve-se manter uma altura útil mínima de 1m (um metro) no do assento ao teto (interno).
- 2.2.1.7. As escadas de acesso às portas traseiras deverão ser confeccionadas com estrutura para suportar até 200 Kg feitas com degraus de grade vazada em alumínio maciço serrilhado, (serve como referência o modelo utilizado no Scania R). O 1º degrau deverá ter distância de 520mm do solo e 220mm entre os demais e o assoalho interno. O acabamento da forração no assoalho da entrada das portas traseiras deverá pega mão longo de 400mm na entrada das portas traseiras, próximo às dobradiças.
- 2.2.1.8. O sistema de levantamento da cabine deverá ser redimensionado devido ao acréscimo de peso utilizando dois cilindros hidráulicos, com cabo de aço para limitar o curso final a fim de evitar danos e possuir uma haste manual (de cor amarela) para travar a abertura evitando que a cabine retorne e cause
- 2.2.1.9. Todos os parafusos utilizados deverão ser de aço inoxidável com porcas autotravantes e rebites de alumínio. Todo o acabamento deverá ser confeccionado com materiais de primeira qualidade, visando 2.2.1.10. A final de acabamento deverá ser confeccionado com materiais de primeira qualidade, visando 2.2.1.10. A final de acabamento deverá ser confeccionado com materiais de primeira qualidade, visando 2.2.1.10. A final de acabamento deverá ser confeccionado com materiais de primeira qualidade, visando 2.2.1.10. A final de acabamento deverá ser confeccionado com materiais de primeira qualidade, visando 2.2.1.10. A final de acabamento deverá ser confeccionado com materiais de primeira qualidade, visando 2.2.1.10. A final de acabamento deverá ser confeccionado com materiais de primeira qualidade, visando 2.2.1.10. A final de acabamento deverá ser confeccionado com materiais de primeira qualidade, visando 2.2.1.10. A final de acabamento de
- 2.2.1.10. A fim de evitar serviços, utilização de materiais ou produtos de má qualidade, a transformação da cabine deverá possuir 5 anos de garantia contra defeitos na transformação. A garantia deverá incluir assistência técnica ou do técnico até o local de trabalho do caminhão na cidade de Tangará-SC.
- 2.2.1.11. Toda a cabine deverá ser pintada da cor vermelha rubi padrão do CBMSC (Padrão CBMSC: referência tinta Rener Renodur acrílica vermelho rubi código C00M16921319401).
- 2.2.1.12. O prazo para a realização do serviço será de 60 dias a contar da assinatura do contrato.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) na(o) 2º Batalhão de Bombeiros Militar, sito a Rua Altino Gonçalves de Farias, Nr 1500, Bosque — Curitibanos/SC — CEP: 89.520-000, telefone: (49) 3412-3136, no horário compreendido entre as 13h00 às 18h00, ou conforme o horário definido pelo fiscal do contrato. 4.2. O Fiscal do contrato deverá ser informado com ao menos 24 horas de antecedência da entrega.

4.3. Caso a mesma empresa seja vencedora de mais de um lote consecutivo, poderá optar por custear o deslocamento, alimentação e hospedagem do fiscal do contrato até o local que o veículo se encontre, mediante agendamento com 5 dias de antecedência.

5. DOS PRAZOS, DA GARANTIA E DO RECEBIMENTO

5.1. O(s) produtos(s) deverá(ão) ser entregue(s) observadas as seguintes condições:

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis - SC, CEP 88070-100.
Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm.sc.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br

2-man. contratos@com.sc.gov.br - H

5-



- 5.1.1. O prazo de entrega do(s) produto(s) cotado(s), serão os seguintes:
 - 5.1.1.1. Chassi: 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato;
 - 5.1.1.2. Duplicação da cabine: 60 (sessenta) dias a contar do recebimento do veículo pela empresa vencedora;
 - 5.1.1.3. Encarroçamento:
 - 5.1.1.3.1. Elaboração do projeto: 15 (quinze) dias a contar do recebimento do veículo pela empresa vencedora (conforme item 2.3.1.26.2);
 - 5.1.1.4.2. Execução do projeto: 120 (cento e vinte) dias (conforme item 2.3.1.26.3).
- 5.1.2. O prazo para correção e/ou substituição de produtos com defeitos, será de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da intimação.
- 5.1.3. A garantia do chassi será, no mínimo, de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento do (s) mesmo (s), sem limite de quilometragem. Os itens 02 e 03 deverão possuir garantia de 24 (vinte e quatro) meses a contar de seu recebimento.
- 5.1.3.1. Durante a vigência da garantia, o fornecedor se obriga a sanar as falhas e/ou defeitos de sua responsabilidade, em prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento do aviso.
- 5.1.4. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão; e
- 5.1.5. O texto e demais exigências legais previstas devem estar em conformidade com a legislação do Código de Defesa do Consumidor e legislação específica no que couber.
- 5.2. O recebimento do objeto deste contrato ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão, podendo ser:
- 5.2.1. Provisoriamente, mediante recibo na Nota Fiscal por servidor(es) designado(s) pelo fiscal do contrato, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade do material
- 5.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, pelo fiscal, nos demais casos.
- 5.3. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
- 5.4. Os objetos contratados deverão ser desembalados e conferidos por técnicos capacitados da CONTRATADA. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os produtos foram entregues em escrito à Contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.
- 5.5. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrado Termo de Recusa, no qual deverão ser descritas as divergências, e comunicado a CONTRATADA para que no prazo constante no item 5.1.2., caso, substitua o(s) produto(s) entregue(s) por outro compatível com a proposta apresentada, nos termos describados de contrato.
- 5.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento e/ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos contrato.
- 5.7. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.
- 5.8. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 5.9. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis – SC, CEP 88070-100. Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm.sc.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br



Fl.___

terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

5.10. O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Centro de Contratos e Convênios do CBMSC - Rua Santos Saraiva, nº 296 - Estreito, Florianópolis – SC, CEP 88070-100.

Fone (48) 3665-7615 - E-mail: contratos@cbm_sc.gov.br - Home-page: www.cbm.sc.gov.br

50